



ANALFABETISMO DE IMIGRANTES NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RS (1875-1930): BREVES REFLEXÕES

Eixo 05 – Educação, Comunicação, Informação, Direitos Humanos e Cidadania

Manuela Ciconetto Bernardi¹

RESUMO

O trabalho objetiva discutir o analfabetismo de imigrantes italianos na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (RCI), no recorte temporal que corresponde de 1875 a 1930. Para tal, os procedimentos teórico-metodológicos são oriundos da História da Educação e da História Cultural. Na trajetória, foi introduzida a temática, seguida pela reflexão do contexto italiano e brasileiro, também foi necessária uma revisão de literatura do analfabetismo de imigrantes na RCI e por fim, discutiu-se o analfabetismo pela etimologia, conceito e representação. Da investigação, que é inacabada, concluiu-se ser imprescindível a aceitação de duas vertentes ao optar pela temática, tanto do ponto de vista técnico como pela representação, percebeu-se também divergências entre os autores quanto à veracidade dos imigrantes serem alfabetizados, e pôr fim a discussão do analfabetismo trouxe à luz questões temporais e espaciais do conceito, de políticas sociais e de um necessário aprofundamento para a conclusão da investigação.

PALAVRAS-CHAVE: Analfabetismo; Imigrantes italianos (Educação); História da Educação e imigração.

ABSTRACT

The assignment aims to discuss the illiteracy of Italian immigrants in the Italian colonial region of Rio Grande do Sul (RCI), in the time frame that corresponds from 1875 to 1930. To this end, the theoretical and methodological procedures come from the History of Education and Cultural History. Along the way, the theme was introduced, followed by the reflection of the Italian and Brazilian context, a literature review of the illiteracy of immigrants in RCI was also necessary and, finally, it was discussed who the illiterates of the time would be. From the investigation, which is unfinished, it was concluded that the meaning of two aspects is essential when opting for the theme, both from a technical point of view and representation, also, differences between the authors regarding the veracity of immigrants being literate were noticed, and, finally, the discussion of illiteracy brought to light temporal and spatial issues of the concept, social policies and a necessary deepening for the conclusion of the investigation.

¹ Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre e Doutoranda em Educação pela linha de História e Filosofia. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail manucbernardi@gmail.com ou mcbernardi1@ucs.br



Keywords: Illiteracy; Italian immigrants (Education); History of Education and Immigration.

1 Considerações iniciais

A partir de 1875, o Brasil recebeu um fluxo considerável de imigrantes italianos, impulsionados por fatores internos e externos, do Brasil e da Itália. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma das áreas destinadas aos imigrantes, posteriormente chamada de Região Colonial Italiana (RCI), situada no Nordeste do Estado, foi um dos assentamentos.

Nesse contexto se situa esta discussão, que atrela a imigração italiana na RCI com a temática analfabetismo, de modo a olhar aos imigrantes no recorte temporal de 1875 a 1930, buscando discutir essa temática, assim nessa trajetória se tornou essencial percorrer o contexto, a situação da educação na Itália e no Brasil, realizar uma revisão de literatura e problematizar a questão do analfabetismo do ponto de vista da etimologia, conceito e representação. Como procedimentos teórico-metodológicos foi utilizada a História da Educação e a História Cultural.

Quanto ao recorte temporal entre os anos de 1875 a 1930, a escolha se coloca em virtude do início da colonização italiana no Estado e o término, relativo à Primeira República. Dentro deste período, se situa o pico migratório, é possível dialogar sobre o contexto italiano - recém unificado, a vinda dos imigrantes e primeiras décadas deles no Brasil (já como República).

Pensando neste mesmo sentido, ao investigar migrantes e filhos, pela História Cultural, é possível notar que as investigações desviaram o olhar das grandes conquistas e de sujeitos históricos, dando luz à “ História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes.[...] História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro” (LE GOFF, 1990, p. 38), assim, proponho colocar o foco em sujeitos do cotidiano e a educação deles.

Com a investigação da alfabetização/analfabetismo “não se pretende demarcar territórios [...] mudar, superar ou anular a história em favor dos vencidos, mas antes, desconstruir certas evidências para que possam emergir tantas outras histórias-



interpretações quantas a História comportar [...]” (SILVA, 1998, p. 42), além da sua discussão, possibilitar a compreensão de questões atuais sobre a alfabetização e analfabetismo que tem como bases fenômenos históricos.

2 A Itália e o Brasil: notas sobre o contexto histórico e a educação

É possível afirmar que a Itália passava por um aumento do capitalismo e crise agrícola a partir da metade do século XIX resultantes de divisões histórico-políticas, saber essa conjuntura é fundamental para compreender a imigração italiana no Brasil (CORSETTI, 1998). Etapas antecedentes foram realizadas com movimentos e revoltas, para em 1870 completar a unificação italiana. Momento que de acordo com Frosi e Mioranza (2009) agravaram os problemas já existentes no território, principalmente no meio rural.

Manfroi (1975) explica que o governo italiano flutuava a favor da emigração para o equilíbrio e uma política de prestígio nacional para eliminar a miséria instaurada, associado a outros fatores como o aumento da população, a extinção de terras comuns, o início da industrialização e de grandes sociedades agrícolas (VILLA, 1997), emergiram as políticas imigrantistas, que faziam a emigração ser um fio condutor para a estabilidade econômica do País (FACHIN, 2016). Sabe-se que 1/3 da população italiana emigrou para o exterior, e o período de maior fluxo se situou entre os anos de 1881 a 1901 (FRANZINA, 1995).

No que concerne à educação, Chiosso (2011) nos explica que é possível compreender que no período temporal correspondente à segunda metade do século XIX, a Itália deixava aos poucos o analfabetismo, sabe-se que após 1850, a “Itália assume um decisivo passo para a alfabetização” (CHIOSSO, 2011, p. 7, tradução nossa), construída gradualmente até fins de 1800, constituída por diversos elementos, entre eles a dimensão do homem civilizado que deveria possuir o mínimo de instrução e intelecto (CHIOSSO, 2011), o mesmo autor sinaliza que aos que não dispunham estas características, o senso comum mostrava que não teriam o mínimo de condições de viver na sociedade moderna e



O modelo do "homem bom" de 50 a 60 anos anteriormente educado, principalmente por experiência e sem a escola é invertido. No centro da incivilidade, por sua vez, não há mais o ignorante genericamente entendido, mas o analfabeto que não foi à escola. (CHIOSSO, 2011, p. 16, nossa tradução).

Porém, a constituição do sistema escolar italiano “não se relaciona apenas ao combate do analfabetismo, mas em especial, outorgou-se à escola a tarefa de auxiliar na invenção / criação do sentimento de identidade nacional, expandindo especialmente um idioma comum” (LUCHESE, 2008, p. 108).

Vejamos bem, existem aqui duas questões para discussão, há vestígios de uma alfabetização para a vivência em um contexto que estava mudando, o que pode de fato corresponder à expansão da escolarização, mas também a utilização do analfabetismo já como uma representação, de forma negativa e pejorativa, essa construção mostra a emergência nesse período.

Voltando-nos ao Brasil, a educação a nível nacional, no período anterior ao da Primeira República foi caracterizado pela falta de incentivos e o acesso como um privilégio restritos a poucas pessoas (RECH; LUCHESE, 2018). As memórias emergem em um “manto de representações negativas” conforme explicado por Schueler e Magaldi (2009), contando com a precariedade e a ineficiência do sistema escolar (RECH, 2009).

Com a entrada da Primeira República, em 1889, emerge a necessidade da (re) invenção da representação da nação (SCHUELER; MAGALDI, 2009), sendo que a educação serviria para tal propósito. Logo, a similaridade aqui fica clara entre Itália e Brasil, pensando na utilização da educação para inculcar valores e construir uma nação.

De acordo com Veiga (2007), na época da Proclamação da República existiam por volta de 85% de analfabetos no país, os dados do INEP (2003) situam a marca no início do séc. XX em 65,3 % de jovens e adultos analfabetos, Kreutz (2000) expõe que na última década do séc. XIX é possível situar em 80% o analfabetismo e de acordo Ferraro e Kreidlow (2004) de 1890 até 1920 o Estado do Rio Grande do Sul foi um dos que apresentou uma das maiores quedas na taxa de analfabetismo.



Com relação ao Rio Grande do Sul, a expansão do ensino, seguiu as diretrizes da política educacional dos dirigentes republicanos, configurando a escola pública de acordo com seus interesses (CORSETTI, 1998), e conforme apontado por Luchese “as políticas públicas educacionais estaduais estiveram intrinsecamente relacionadas à influência positivista” (2008, p. 137).

2.1 Revisão de literatura do analfabetismo de imigrantes na RCI

Se tornou necessária uma revisão de literatura sobre o analfabetismo de imigrantes na RCI. Essa revisão, foi realizada de forma introdutória, em virtude das possibilidades no período que foi realizada (pandemia de coronavírus) e não esgota as fontes e uma análise mais acurada sobre o assunto, principalmente no meio físico.

A busca ocorreu no meio digital, no Repositório Institucional da Universidade de Caxias do Sul, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e Portal de Periódico da CAPES. Os descritores escolhidos foram: “imigração italiana”, “colono” ou “imigrante” e “analfabeto”, “analfabetismo de imigrantes”, “processo escolar de imigrantes”, “imigração” e “escola”, “representação/representações” e “analfabeto/analfabetismo”, “representação” e “imigrante italiano”, “instrução” e “imigrante”.

Não foram localizadas obras que possuem como objeto de pesquisa o analfabetismo dos imigrantes italianos da RCI, desta forma, discuto os indícios trazidos por diversos autores, para isso, trago um quadro com os resultados, que puderam ser separados em duas colunas, autores que sustentam o analfabetismo e autores que acreditam na maioria alfabetizada.

Quadro 1 - O 'colono analfabeto' pela revisão de literatura

Autores que sustentam o analfabetismo	Autores que questionam ou acreditam na maioria alfabetizada
Fachin (2016) Pazuch (2015) Tambara (1995) Dotti (2007) Piazza e Ribeiro (2005)	Luchese (2008) Possamai (2005) Timm (2013) Giron (1977) Gardelin (1993)

Fonte: Elaborado pela autora (2020)



Em sua maioria os trabalhos, mesmo de forma breve, que sustentam o analfabetismo entre imigrantes italianos, o fazem como se fosse um consenso, a exemplo “os colonos viviam em moradias precárias e predominava o alto índice de analfabetismo da população.” (DOTTI, 2007, p. 20); “Os emigrantes, em sua maioria, eram analfabetos, mas possuíam grande experiência de vida adquirida na luta pela sobrevivência...” (PAZUCH, 2015, p. 17); “a maioria dos imigrantes eram analfabetos e/ou não possuíam tempo para ter o contato com jornais...” (FACHIN, 2016, p. 56).

Ainda “no caso dos italianos, é preciso ter em mente que vindos ao Brasil apresentavam um índice de analfabetismo bastante elevado...” (TAMBARA, 1995, p. 315); “Os primitivos contingentes migratórios de italianos, formados quase exclusivamente por analfabetos, teriam sua vida social, comunitária e, principalmente, sua linguagem marcadas pelas condições de vida na nova terra” (PIAZZA; RIBEIRO, 2005, p. 11), já autores como De Boni e Costa (1984) pontuam o alfabetismo da RCI como inferior a marca de 50%.

Por certo que seus objetos de estudos não o permitiram uma análise aprofundada do analfabetismo, todavia a exposição do mesmo, desta forma, me leva a crer em um consenso, de um analfabetismo arraigado no senso comum, fica latente e mesmo que de forma breve a discussão produzida por eles que um alto nível de analfabetismo de imigrantes italianos e filhos seria indiscutível.

Sob outra perspectiva, temos trabalhos como Luchese (2008, p. 109) que expõe “Publicações e discursos naturalizados dão conta de que o imigrante italiano pouco teria se importado com a instrução de seus filhos e que, eles próprios, em sua maioria, seriam analfabetos [...]”; e outros que explicam ““Apesar do baixo nível de escolaridade entre os imigrantes não se deve exagerar a existência do analfabetismo entre eles.” (POSSAMAI, 2005, p. 74).

Algumas reflexões também foram produzidas neste sentido, Timm (2013) buscou explicar que a falta de escolaridade fez os pais buscarem alternativas para os filhos não ficarem sem acesso as escolas, apesar da mesma autora elencar pesquisadores que contestaram o analfabetismo, buscando deixar em aberto o diálogo. Giron (1977) intrigada com a questão produziu análises quantitativas de Mapas de Caxias do Sul e dos resultados concluiu que a maioria dos homens seria alfabetizada, já as mulheres em



sua maioria seriam analfabetas.

Gardelin (1993, p. 123), em um trecho do estudo que denomina “distorções históricas” cita elementos que possibilitaram o repasse de representações ou conforme denomina, “transferências de conceitos” sobre a realidade social, ele vê o imigrante como alfabetizado e explica que o nível de instrução caiu nas primeiras gerações no Brasil em virtude das condições do ambiente.

Se pensarmos na situação dos imigrantes na Itália, os trabalhos já listados apontam que “Há que se considerar que, entre os mais jovens o analfabetismo era menos elevado [...] Muitos imigrantes sabiam ler, pois na Itália o semiletrado nunca deixava de ter contato por mínimo que fosse com a cultura e língua oficiais.” (POSSAMAI, 2005, p. 74); e “Importante referir que as colônias da Serra Gaúcha foram ocupadas por italianos provenientes, em sua maioria, de regiões do norte da Itália, onde as políticas públicas já se preocupavam com o processo de escolarização.” (LUCHESE, 2008, p. 107).

Exponho uma reflexão de Gardelin (1993, p. 123) que afirma “parece-me, portanto, que se torna imperioso rever o que se disse e se afirmou. O nível de instrução e de alfabetização dos colonos de 1875 não era o de 1900, e muito menos o de 1925 [...]”. O autor Malikoski (2019) ao findar a sua Tese, realizou uma discussão sobre o analfabetismo, mais precisamente a representação do “polaco” nos imigrantes poloneses, transponho a mesma para esta discussão, ele explica que os estudos já realizados deram ênfase no baixo nível de instrução dos imigrantes e

Haveria um estereótipo negativo sobre a imigração, em que [...] [o colono analfabeto] assume uma conotação de inculto e atrasado, rapidamente difundido pela população [...] Contudo, a realidade se mostra muito mais profunda e intensa de significados que superam as visões simplistas. Se forem norteadas todas as expectativas que emergem com a pesquisa e a potência de utilização de fontes, mobilizam-se sentidos profundos e enobrecedores de qualquer cultura humana. (MALIKOSKI, 2019, p. 279-280)

Vemos com as considerações dos autores, que a questão do analfabetismo de imigrantes na RCI possui divergências, e apesar de não propor neste trabalho buscar soluções através de outras fontes para a compreensão se seria esta uma verdade (em



virtude da extensão e a da complexidade), sem dúvidas, a temática requer um aprofundamento, por isso na seção a seguir tentamos entender o analfabetismo pela etimologia, conceito e representação.

2 O analfabetismo: etimologia, conceito e a representação

A palavra “analfabeto” é derivada de “alfabeto” acrescida do prefixo e sufixo, conforme explicado por Silva (1998), que aponta o primeiro “an-(a-)” como negação/privação, tanto nos sentidos de “alguém é privado de algo por alguém/por algum acontecimento, e no segundo, alguém nega alguma coisa por algum motivo” (SILVA, 1998, p. 32). A mesma autora, destaca a assimetria entre o analfabetismo e a alfabetização, adicionando o sufixo –ismo explica que os mesmos designam doutrinas ou sistemas. Assim, Silva (1998) propõe a reflexão do analfabetismo como um sistema/doutrina que geraria a condição de ser “analfabeto”, ou mesmo como pré-condição para a alfabetização.

Pensando na utilização dos termos “alfabetização” e “analfabetismo” Ferraro e Kreidlow (2004), sinalizam um desacordo amplo sobre o reconhecimento dos conceitos e a escolha do termo a ser utilizado pelos pesquisadores nos trabalhos, os autores destacam ser o estudo do problema (analfabetismo) ou da solução (alfabetização). A proposta de discutir a temática, constatada por Balem (2002, p. 3) por vezes “centram-se no analfabetismo e não na alfabetização como processo. Constituem uma descrição da distribuição e da evolução do analfabetismo e suas relações com a não escolarização ou com a assistência escolar deficiente”, mas é preciso ter ciência que “optar, pois, pela ótica do analfabetismo não se reduz à opção por uma das faces do tema - o seu lado problemático. É necessário atentar para a especificidade do que se denomina analfabetismo” (FERRARO, 2002, p. 27).

Mas o que de fato é ser analfabeto? E como uma pessoa é considerada alfabetizada? Ao verificar o dicionário da língua portuguesa, é possível estabelecer o analfabeto como alguém que não sabe ler e escrever, já a alfabetização se definiria como a ação de alfabetizar (FERREIRA, 1999); Voltando-nos à Itália, Rosas (1982, p. 188, tradução nossa) define que analfabetismo seria considerado “a incapacidade de um



indivíduo utilizar a escrita na comunicação com outros, seja como emissor ou como destinatário”, ela também define alfabetismo como a capacidade dessa mesma comunicação. Mas existirão divergências entre os autores e mesmo definições diferentes (BRAGA, 2015; FERRARO 2002), Viñao Frago (1993, p. 15) traz outro ponto, a representação do tema, quando expõe “O prestígio ou difusão social dos mesmos [analfabeto/alfabetizado] e o contexto em que são pronunciadas é que determinarão o grau de vergonha, própria ou alheia, que tais palavras suscitam”.

É possível ainda trazer para a discussão Silva (1998, p. 25) quando explica que “ser alfabetizado significa apenas o domínio da leitura, enquanto ser analfabeto significa muitas coisas mais. [...] Além disso, a presença de termos como “absolutamente”, “muito” e “rigorosamente” contribuem para fortalecer essa falta”, novamente aqui expondo a representação do que ser analfabeto produziria.

É preciso ter ciência das implicações e nessa perspectiva, trago Gadotti (2009, p. 19) em que expõe “O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental”, percepção que envolverá uma série de elementos associados como as políticas sociais e não apenas as ações educacionais para que o analfabetismo seja reduzido, nesse mesmo sentido percebe-se que o olhar voltado ao contexto e à história é fundamental para a discussão. Freire (1981), muito tempo após o meu recorte temporal, explica esta noção, que cabe transpor para este estudo

A concepção na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara como “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” -, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mas ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça” ... (FREIRE, 1981, p. 15)

A exploração de Freire (1981) se situa principalmente no sujeito “incorporar” o alfabeto, que o faria, de uma visão ingênua, erradicar o problema – analfabetismo. O trago para essa discussão, principalmente para refletir sobre a representação do analfabetismo, o seu escrito de 1968 irá dialogar com as questões que emergiram ainda



no final do século XIX. Fica evidente o termo analfabetismo e o seu uso de forma pejorativa por muitas décadas.

Percebe-se nesse ponto que não seria possível responder quem seriam os analfabetos pensando nos imigrantes italianos na RCI e assim como a compreensão da veracidade do analfabetismo, ambos precisariam de um estudo aprofundado e com pesquisas exaustivas de fontes para serem elencados indícios. A proposta é deixar uma fagulha para que a fogueira possa ser acessa, e mais do que respostas, a problematização abre lacunas, para novas e necessárias pesquisas da temática, seja para este e outros sujeitos e espaços.

Considerações Finais

Este trabalho, teve como objetivo a discussão do analfabetismo de imigrantes italianos na RCI no período de 1875 a 1930. A narrativa buscou compreender o contexto italiano e brasileiro, percebe-se que os países se beneficiaram da imigração. Em se tratando da educação, é possível ver a emergência de iniciativas para a expansão da alfabetização e escolarização na Itália e no Brasil na última metade do século XIX, já que ambos possuíam altos índices de analfabetismo e diminuíram ao longo das décadas.

Também foi realizada uma revisão de literatura da alfabetização e do analfabetismo de imigrantes italianos na RCI. Sendo que a temática não foi objeto de estudos acadêmicos, mas permeia as investigações principalmente de história, história da educação e imigração na RCI. Dos autores investigados, fica evidente a divergência, a depender do autor a maioria dos imigrantes italianos seriam, ou não, analfabetos, fato que deixa lacunas para uma investigação aprofundada.

Seguiu-se a discussão sobre a etimologia, conceito e representação do analfabetismo. Autores foram trazidos para a discussão, momento que emergem duas vertentes para discussão, uma visão técnica e outra da representação que o analfabetismo produziria. De fato, o analfabetismo também implicaria em questões de políticas sociais.

O trabalho foi encerrado com mais questões do que respostas, mas da mesma forma que foi proposto, visou instigar e problematizar a temática para que assim muitos



pesquisadores se sintam compelidos a investigar e produzir conhecimentos nessa temática, da qual, julgo haver muitas lacunas e necessários esforços para que academicamente possamos discutir com maior profundidade, afinal, seriam os imigrantes italianos da RCI analfabetos? Qual o peso da representação sobre a questão técnica de não saber ler e escrever?

Referências

- BALEM, Nair Maria. **Revisitando conceitos: alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos. Revista de Ciências Humanas (RCH) - Educação**, v. 3, n. 3, noroeste do RS. p. 1-12, 2002. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/224/405>. Acesso em: 30 ago. de 2020.
- BRAGA, Ana Carolina. **O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabetizado no município de Araraquara/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123913>. Acesso em: 02 set. 2020.
- CHIOSSO, Giorgio. **Alfabeti d'Italia: la lotta contro l'ignoranza nell'Italia unita**. Torino: Società Editrice Internazionale, 2011.
- CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo - A escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)**. Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense, EDUCS, 1984
- DOTTI, Gabriela Michelon. **Representações do feminino na literatura de tradição oral da RCI: o que se diz sobre a mulher**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/264>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- FACHIN, Gabriela. **"Imigração italiana na colônia Conde D'Eu e a Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália"**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://www.uniates.br/bdu/handle/10737/1554>. Acesso em: 06 jan. 2020.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?**. **Educ. Soc.** [online]. 2002, v. 23, n. 81, p. 21-47. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100003.
Acesso em: 02 nov. 2019.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANZINA, Emilio. **Gli italiani al nuovo mondo**: l'emigrazione italiana in America 1492-1942. Milano, Itália: Arnoldo Mondadori, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano**. Cadernos de Formação 4. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

GARDELIN, Mário. **A Ferrovia de Caxias**. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias**: origens. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993. p. 121-137.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul: EST/UCS, 1977.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 25 out. 2019.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: **Rev. Bras. Educ.** 2000, n. 15, p. 159-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 25-64.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O Processo Escolar entre imigrantes da Região**



Colonial Italiana do RS - 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2008. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNISINOS, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MALIKOSKI, Adriano. **Nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1918-1942)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação – Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5977>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

PAZUCH, Giovane. **Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS:** catolicismo e sociabilidades (1885-1945). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12901>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio. **Anotações de literatura e de cultura regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

POSSAMAI, Paulo César. **"Dall'Italia siamo partiti":** A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

RECH, Gabriela. **O processo de escolarização entre os imigrantes italianos no município de Caxias do Sul 1875-1945**. 2009. Monografia de Pós-Graduação (Especialização em História Regional) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

ROSAS, Adriana. Appunti per uno studio sociológico dell'analfabetismo. **Studi di sociologia**. Ano 20, n. 2, abr./jun. 1982, p. 187-200. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23003484?seq=1>. Acesso em 18 jul. 2020.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**. 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em 17 fev. 2020.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da alfabetização no Brasil:** a constituição de sentidos e do sujeito na escolarização. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade



Estadual de Campinas, 1998. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270692/1/Silva_MarizaVieirada_D.pdf
f. Acesso em 23 jul.2020.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação: A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Universitária, 1995.

TIMM, Jordana Wruck. **A relação escola/comunidade na região das antigas colônias italianas, nordeste do Rio Grande do Sul, 1915 a 1960**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/461>. Acesso em: 05 fev. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLA, Deliso. **Storia Dimenticata**. Vicenza: U.T.Vi., 1997.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.